

PUC-SP

Reitor: Antonio Carlos Caruso Ronca
Vice-Reitora Acadêmica: Sueli Cristina Marquesi

EDUC – Editora da PUC-SP

Conselho Editorial: Ana Maria Rapassi, Bernardete A. Gatti, Dino Preti, José Roberto Pretel Pereira Job, Maria do Carmo Guedes, Maura Pardini Bicudo Vêras, Onésimo de Oliveira Cardoso, Scipione Di Pierro Netto, Sueli Cristina Marquesi (*Presidente*).

Desigualdade e a questão social

Lucia Bógus
Maria Carmelita Yazbek
Mariangela Belfiore-Wanderley
organizadoras

educ
São Paulo
2000

As transformações da questão social¹

Robert Castel

Tradução: Mariangela Belfiore-Wanderley

Inicialmente, quero agradecer à PUC e aos organizadores deste Seminário pela honra do convite e, também, desculpar-me por ser incapaz de falar português. Sei o quanto é desagradável para a platéia uma exposição em língua estrangeira, mas esta é uma deficiência que não consegui superar e que espero não seja tão incômoda, em razão da tradução simultânea.

Quero, ainda, desculpar-me de uma outra incapacidade, a de construir uma exposi-

¹ Palestra proferida por ocasião do Seminário Internacional "A questão social no contexto da globalização", realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no período de 14 a 17 de outubro de 1996.

ção a partir da realidade brasileira. Já estive algumas vezes no Brasil. Tenho um pequeno conhecimento dos problemas e das dificuldades por já ter discutido a respeito, mas não posso ter a pretensão de falar diretamente. Serei, pois, obrigado a tomar como referência a situação que conheço melhor, ou seja, a situação na Europa Ocidental e, particularmente, na França. No entanto, não gostaria de intervir como um representante do primeiro mundo, como vocês dizem aqui. Creio que o que vou dizer não é completamente estranho ao que se passa aqui e sinto-me mesmo, muito próximo dos propósitos expostos, ontem à noite, pelo professor Luiz Eduardo Wanderley.

Assim, proponho uma análise próxima àquela desenvolvida por Karl Polanyi sobre o início do capitalismo industrial, ou seja, que as sociedades atuais se confrontam com um novo desafio que podemos chamar, se quisermos, de globalização, quer dizer a mundialização da economia e o retorno forçado do mercado auto-regulado, estando a competitividade e a concorrência aguerridas, ao mesmo tempo, no seio de cada Estado e entre diferentes Estados. A esse importante desafio, diferentes sociedades respondem diferentemente, mobilizando diferentes recursos

com base em suas próprias tradições. Poder-se-ia sem dúvida dizer que, até agora, sociedades, como as da Europa Ocidental, conseguiram se defender melhor porque, simultaneamente, as pressões externas foram menos fortes e, principalmente, porque construíram defesas mais sólidas contra o mercado, proteções e direitos que estão enraizados há mais longo tempo. Creio que a partir disso poderemos discutir.

O que vou tentar dizer, muito esquematicamente, é como essas proteções se desenvolveram na Europa Ocidental, que tipo de equilíbrio atingiram até o início dos anos 70 e como se degradam atualmente. Creio, então que, desse ponto de vista, com relação a esses problemas a América Latina e o Brasil não estão em outro planeta. Seguramente as proteções não atingiram aqui essa mesma sistematização e, sem dúvida, degradam-se mais rapidamente. Incontestavelmente a situação é mais grave aqui mas me parece que é mais uma diferença de grau do que de natureza. Essa é, em todo caso, uma hipótese que gostaria de pôr em discussão. Assim, se vou partir da situação da Europa e da França, desejo menos falar dessas situações nelas mesmas, mas propor uma matriz de leitura para tentar

interpretar o que se passa também aqui numa sociedade que foi, embora não completamente, uma sociedade salarial.

Deram à minha intervenção um título muito abrangente – as metamorfoses da questão social –, que retoma o título que dei a meu livro escrito recentemente sobre esse assunto. Certamente não teria tempo de tratar do conjunto dessas metamorfoses. Tomarei os últimos episódios dessas transformações da questão social que originam a situação atual.

Luiz Eduardo Wanderley referiu-se, ontem, à minha proposta de caracterização da *questão social*: é como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É, em resumo, um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência. É uma definição que pode parecer um pouco abstrata, mas que é perfeitamente ilustrada pela situação do início do século XIX, nos primórdios da industrialização, quando a questão social foi explicitamente colocada pela primeira vez, por volta dos anos 1830. É a ameaça de fratura representada pelos proletários das primeiras con-

centrações industriais que, como dizia Augusto Comte, acampam na sociedade industrial sem estarem nela encaixados, integrados. São essas populações flutuantes, miseráveis, não socializadas, cortadas de seus vínculos rurais e que ameaçam a ordem social, seja pela violência revolucionária, seja como uma gangrena. Aliás, essa é uma palavra utilizada no vocabulário da época, uma espécie de contaminação da miséria, da desgraça que infectaria progressivamente todo o corpo social. Então, é essa a questão social na primeira metade do século XIX, descrita pela maior parte dos observadores sociais da época, sob a forma de pauperismo. Não é mais a questão social de hoje, porque essa ameaça foi afastada, porque esse primeiro proletariado miserável e subversivo passou a ser uma classe operária relativamente integrada, após um conjunto de processos, ao qual farei rápida referência.

A nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de

POBREZ
DA
CLASSE
OPERÁRIA

choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito. Esta é, em todo caso, a hipótese que gostaria de submeter a vocês, à qual juntaria algumas idéias.

Primeiramente, se falei de **desagregação** ou de **degradação**, é indispensável se perguntar o que é que se desagrega, o que é que se degrada. Ou seja, lembrar no que consistia esse regime, que foi sacudido há aproximadamente **20 anos**, depois que começamos a falar da **crise, no início dos anos 70**, mas que se mostra como muito mais do que uma crise, pois de uma crise é possível se sair, enquanto que desta vez não parece tão evidente que haja uma saída ou, em todo caso, qual seria a saída. Então, em primeiro lugar, abordarei **essa estrutura que vinculava proteções fortes ao trabalho, assegurando uma estabilidade ao conjunto da sociedade**, no quadro do que podemos chamar de uma **sociedade salarial**. Em seguida, falarei rapidamente do que me parece ter profundamente mudado com relação a essa estrutura. Insistirei, então, no **processo da precarização**, que me parece o grande fenômeno que atinge as situações do trabalho, no sentido da sua **re-mercantilização** e de soluções na ordem do

mercado, como efeito particular da globalização. Enfim, poderíamos considerar algumas aplicações desse tipo de abordagem da questão social e talvez, também, aquilo que é possível de ser feito face a essa situação, mas para tanto conto muito com o debate entre nós, pois, sinceramente, não tenho receitas a propor.

1. O primeiro ponto que gostaria de apresentar é o que poderíamos chamar de **processo de transformação do trabalho em emprego**, em **emprego protegido** ou **emprego com status**, o que me parece ter sido a grande inovação que se desenvolveu **a partir do fim do século XIX**, conduzindo a uma **forma de compromisso social**, como se dizia no início dos anos 70, da qual, aliás, precisamos conhecer os dados. Temos tendência de esquecer, pelo menos em países como a França, em países europeus, a que ponto o trabalho, e em particular o **trabalho assalariado**, foi sempre uma condição, ao mesmo tempo, **íntima e miserável**, indispensável, sem dúvida – *“você ganhará seu pão com o suor do seu rosto”*, está na Bíblia – mas também, miserável e indigna. Pois, no fundo, quem trabalha? É o escravo quando há escravos, é o servo quando há servos, é o camponês curvado sobre a sua

terra. Quer dizer, as pessoas de bem não trabalham, em todo caso não trabalham com seus próprios braços. Não cabe aqui explicar como o trabalho saiu dessa época, que foi o início do salariado. Porque o que é, antes de tudo, um assalariado? É alguém que não tem nada, que não tem propriedade, que tem apenas a força de seus braços para vender e que o faz geralmente de forma frágil e miserável. É o proletário, por exemplo, do início da industrialização, que evoquei há pouco, mas essa situação se prolonga até quase o início do século XX, onde o salariado é sempre pensado a partir do salariado operário, quer dizer da condição social a mais ingrata, a mais penosa e também a mais desprezada. Eu poderia citar uma série de exemplos que se prolongam até mais ou menos os anos 1920 e 1930. Não posso descrever em detalhes como o salariado saiu dessa situação, mas houve um processo que se afirma sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, e que passa por todo um conjunto de conflitos e lutas e que convergem para a idéia de que o salariado não é mais uma situação provisória, como se acreditou por longo tempo, uma condição tão miserável que se busca sair dela o mais rápido possível, como o operário que tão logo possa comprar

duas ferramentas passa a trabalhar por conta própria. Mas, com o desenvolvimento da industrialização, da urbanização, o salariado se instala, passa a ser um estado permanente e, então, é preferível aceitar sua consolidação, do que ver se desenvolver no coração da sociedade industrial massas atingidas pelo pauperismo generalizado, conforme evoquei há pouco.

Então, qual foi esse movimento que, no início dos anos 70, nos deu o direito de falar em sociedade salarial? E o que é uma sociedade salarial? Não é somente uma sociedade na qual a maioria da população é assalariada, ainda que seja verdade. Na França, por exemplo, nos anos 70, havia, e há ainda, perto de 82% da população ativa que é assalariada. Mas, uma sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. Porque, antes do estabelecimento dessa sociedade salarial ser protegido era ter bens; so-

CIDA-
DANIA

mente quando se era proprietário é que se estava garantido contra os principais riscos da existência social, que são a doença, o acidente, a velhice sem pecúlio. Ora se estando fora da propriedade, se está à mercê da assistência social. Essa era, justamente, a situação da maioria dos trabalhadores que viviam de seu trabalho e que, quando não podiam mais trabalhar, viviam um drama. E era ainda pior no hospital, e morrer num hospício sempre foi para o povo uma espécie de vergonha e de desgraça.

É justamente desta situação do trabalho sem proteção que nasceu o novo status do trabalho na sociedade salarial. Pode-se dizer, efetivamente, que esse tipo de proteção, de regulação, ou seja, direito do trabalho, seguridade social, foi, inicialmente, ligada ao salariado, e mesmo, ao pequeno salariado, e que se difundiu no conjunto da estrutura social. O salariado se consolidou e se dignificou, se ousou dizer, e passou mesmo a ter um papel de atração, em torno do qual o conjunto da sociedade moderna se organizou. Aliás, é o que se vê, por exemplo, na posição de trabalhadores independentes que durante muito tempo desprezaram o salariado, e acabaram invejando-o, imitando-o, querendo be-

neficiar-se das mesmas vantagens sociais, o que por sinal conseguiram. É verdade, também, que no alto da escala social, numa sociedade salarial, não são muitos que vivem de renda. E os representantes da grande burguesia, as fortunas, os representantes do patrimônio acabaram colocando seus filhos no mercado do salariado, por meio das grandes escolas, de diplomas, etc., (o que, por exemplo, Pierre Bourdieu chama de nobreza de Estado). Assim, no fim desse processo, o salariado pode ser a fonte de renda confortável e mesmo de posições de prestígio e de poder.

Mas é sobretudo a fonte de uma forma nova de seguridade, o que chamamos precisamente de seguridade social, a possibilidade de controlar o futuro porque o presente é estável. E, então, uma sociedade salarial é uma sociedade que continua fortemente hierarquizada. Não é uma sociedade de igualdade, permanecem injustiças, permanece mesmo a exploração. É, também, uma sociedade conflituosa na qual os diferentes grupos sociais são concorrentes, mas é uma sociedade na qual cada indivíduo desfruta de um mínimo de garantias e de direitos. Espera-se mesmo ter vantagens no futuro, o que chamamos de progresso social, que se desenvolve a par-

tir da **negociação conflituosa** entre diferentes parceiros sociais. Durante o período de crescimento vivido após a Segunda Guerra Mundial, quando cada grupo social **lutava** pela **partilha dos lucros do crescimento**, mesmo achando que nunca obteria o suficiente cada grupo pensava que em seis meses poderia obter mais, o que lhe permitia desenvolver **estratégias de longo prazo**, e mesmo **estratégias transgeracionais**: o que eu não tenho tempo de obter, os meus filhos obterão, pois eles vão à escola, diplomam-se, etc. – é a **mobilidade ascendente** – e então amanhã será melhor que hoje. Bem, esquematizando muito pois tenho que me apressar, é o que poderíamos chamar de **trajetória ascendente da sociedade salarial**, a qual penso não devemos mistificar, não é o paraíso, pois, como eu dizia, permaneceram as desigualdades, a injustiça, os bolsões de pobreza, que pensávamos que iriam ser reduzidos. Era essa a **crença no progresso social**, uma espécie de **ideal social-democrata**, de que haveria possibilidade de uma **queda progressiva das desigualdades e ampliação das vantagens da justiça social**. Parece-me ser **essa a trajetória que culminou na Europa no início dos anos 70**, que se quebrou e que faz com que, hoje, o futuro pareça mais sombrio.

2. A segunda questão que gostaria de abordar, *é como essa configuração da sociedade salarial*, rodeada e atravessada de proteções, direito do trabalho, seguridade social, etc. vem sendo condicionada por processos tais como a **internacionalização do mercado**, a **mundialização**, as **exigências crescentes da concorrência e da competitividade**, passando o trabalho a ser o alvo principal de dois tipos de redução de custos. Trata-se de minimizar o preço da força de trabalho e, ao mesmo tempo, maximizar sua eficácia produtiva. E a **flexibilização** é a palavra-chave que traduz essas exigências, **flexibilidade interna** à empresa que impõe a adaptabilidade da mão-de-obra a essas situações novas e que, evidentemente, **expulsa os que não são capazes de se prestar a essas novas regras do jogo**. É, também, a **flexibilidade externa** que conduz a **subcontratar** fora da grande empresa uma parte das tarefas mas, em geral, sob condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos. Certamente aqui não é o lugar para se fazer uma discussão técnica sobre a **flexibilização**.

Podemos compreender que a crescente **crise** tem, sem dúvida, **exigências econômicas e tecnológicas sérias**. Mas, ao mesmo tempo,



é preciso reconhecer que a maneira como foi conduzida, particularmente pelo patronato europeu, teve efeitos bastante devastadores. Creio que aqui não deve ser melhor, e talvez seja até pior. Citarei um único testemunho de quem tem autoridade, pois trata-se do presidente da CNPF (Confederação Nacional do Patronato Francês) que declarou em 1993 – e foi sobretudo a partir dos anos 90 que essa política foi implantada – na Assembléia Geral do patronato francês: “1993 será o ano da luta contra as pressões introduzidas na legislação no decorrer dos 30 gloriosos, o ano da luta pela flexibilização” (são assim chamados os anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial, até o início os anos 70, que aliás nem sempre foram assim tão gloriosos, mas que em todo caso foi um período de crescimento). E a promoção da flexibilidade, da leveza na busca do mercado de trabalho, é pensada contra o que chamamos, aliás às vezes com um certo desprezo, de aquisições sociais, mas que são de fato direitos sociais que, freqüentemente, foram conquistados, e que estavam na legislação. Esse aspecto das proteções, dos direitos vinculados ao trabalho – e que foram por eles desmercantilizados –

é que fez com que o trabalho não fosse apenas a retribuição pontual de uma tarefa, mas que a ele fossem vinculados direitos.

É exatamente isso que está sendo questionado e que está sendo desestabilizado pela aplicação dessa nova política também na Europa. Efetivamente, em relativamente pouco tempo pois isto data de menos de 20 anos, os resultados são já espetaculares. Tomarei aqui, por falta de tempo, um só indicador. No início dos anos 70, no momento mais abundante da sociedade salarial, o contrato de tempo indeterminado era praticamente hegemônico, ou seja, um tipo de contrato que em situações de pleno emprego assegurava a estabilidade das condições de trabalho. Hoje, em termos de “estoque” como dizem os economistas, ele é ainda majoritário. Mas, por outro lado, 70% aproximadamente das novas admissões na França se fazem sob formas ditas atípicas, ou seja, contratos de tempo determinado, contratos de interinos, tempo parcial, diferentes formas de empregabilidade, o que quer dizer, no fundo, que a médio prazo, nesse ritmo, em 10 anos talvez, a instabilidade do emprego vai substituir a estabilidade do emprego como regime domi-

nante da organização do trabalho. Na minha opinião este é, sem dúvida, o desafio mais grave que se apresenta hoje. Talvez mais grave que o desemprego. Não digo isto para subestimar o drama do desemprego, na França há mais de três milhões de desempregados, o que representa mais de 10% da população ativa, dado que é considerável sobretudo após o período de pleno emprego ao qual estávamos habituados. Mas creio que a precarização do trabalho seja talvez mais importante ainda pois é ela que alimenta o desemprego e que faz com que essa situação do trabalho, tornando-se cada vez mais frágil, force as pessoas a se encontrarem numa condição de vulnerabilidade, condição essa que tiveram a sorte de desconhecer até então, o que representa um privilégio com relação a situações de países como o Brasil.

Esse processo de precarização do trabalho toca de forma desigual as diferentes categorias sociais. Afeta principalmente os trabalhadores, e dentre eles os poucos qualificados, mais do que os executivos por exemplo, mas é preciso dizer que há também um desemprego para os quadros superiores, quer dizer que ninguém escapa a essa reestabilização das situações de trabalho. Foi por isso

SOBRE A PRECARIZAÇÃO

* - O DESEMPREGO ...

que evoquei anteriormente essa espécie de choque que atravessa o conjunto da sociedade salarial e que a desestabiliza. Evidentemente não se deve caricaturar, risco que corremos quando falamos rapidamente sobre uma temática, como sou obrigado a fazer aqui. Há quem diga que esta situação nova não é totalmente negativa, que, particularmente, há uma reindividualização das relações de trabalho e que as antigas formas de organização coletiva do trabalho taylorista estão sendo ultrapassadas, que a relação salarial se individualiza e nessa individualização alguns podem se mobilizar, vender-se, no sentido mesmo da palavra, num mercado de trabalho que está se tornando cada vez mais competitivo. Então, não é todo mundo que perde nesse jogo, mas é preciso acrescentar também que aqueles que se "viram" nessa nova situação são os que podem mobilizar recursos, capitais, que têm melhor formação e que podem se sair melhor, e algumas vezes muito bem, nessa situação cada vez mais competitiva. Mas outros, e temo que sejam os mais numerosos, encontram-se perdidos, quer dizer, desmembrados dos conjuntos coletivos, das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho. Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertenci-

DURKHEIM

mentos coletivos, livres sim, mas sem vínculos, sem socorro, um pouco como os proletários do início da industrialização, que eram "livres", ou seja podiam estabelecer livremente seus contratos de trabalho, mas que, no entanto, pagaram muito caro por essa liberdade. E como é que se saíram dessa situação que Marx, dentre outros, descreveu e denunciou? Exatamente, inscrevendo-se em coletivos protetores. É isto que falta atualmente, e que nos permitiria refletir sobre um paradoxo, que não é apenas filosófico, o de que um indivíduo só pode ser assim considerado, na essência positiva da palavra, se puder dispor de um suporte de proteção, de participação em solidariedades coletivas. Porém, quando se é um indivíduo só, não ousa dizer, arrisca-se a estar completamente desmunido. E temo, também, que essas transformações em curso estejam impelindo um número crescente de pessoas a uma espécie de individualismo negativo, por carência, pois perdem tão rapidamente o suporte de uma condição salarial que acabam por perder também a possibilidade de controlar o futuro.

Sem pretender fazer um balanço completo da situação atual, parece-me que poderíamos esboçar pelo menos três constatações que caracterizam três planos de cristalização

CULTURA DO ACEFATÓRIO

importantes da questão social, como é colocada hoje num país como a França.

Uma primeira constatação é o que se pode chamar de *desestabilização dos estáveis*. Ou seja, trabalhadores que ocupavam uma posição sólida na divisão do trabalho clássica e que se encontram ejetados dos circuitos produtivos. É o caso particular de uma parte dos operários das indústrias que, aos 45 anos por exemplo, se vêem considerados muitos velhos para serem reciclados. E, então, podemos nos perguntar o que será deles.

Há uma segunda constatação, a da *instalação na precariedade*. É algo que vocês conhecem muito bem aqui, mas que é um fenômeno relativamente novo na Europa, pelo menos nos últimos cinquenta anos e que atinge frequentemente os jovens, com alterações de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, de ajuda social, da qual falaremos um pouco se houver tempo. E, o desenvolvimento do que se poderia chamar de *cultura do aleatório*, as pessoas vivem o dia-a-dia, como aliás se dizia no século XIX frente a condição de vida da maioria do povo, mas que foi exatamente ultrapassada pela instalação da sociedade salarial. É um fenômeno ainda mais inquietante

HIPOTESE

quando se considera que as pessoas que se encontram nessa situação são, com frequência, **jovens** que até pouco tempo atrás não estariam expostos a essa situação.

3) Isto nos conduz à terceira constatação, talvez a mais inquietante para as sociedades que haviam se habituado ao quase pleno emprego, sociedades da Europa Ocidental que estão talvez redescobrimo um perfil de pessoas que poderiam ser chamadas de **sobran-tes**, pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados, e talvez não sejam integráveis no sentido forte da palavra a ela atribuído por exemplo por Durkheim, ou seja, **estar integrado é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade.** Creio ser esse um perfil de população bem diferente daquele que poderíamos observar nas sociedades industriais, onde havia pessoas exploradas, como por exemplo o **operário especializado das grandes lutas operárias.** Bem, **ele era explorado** mas era, ao mesmo tempo, **indispensável.** E era exatamente por essa razão que **ele podia reivindicar, organizar-se e, por vezes, obter ganho de causa.** E foi frequentemente por meio dessas **lutas,** que foram conseguidas **as proteções e garan-**

DESFILIAÇÃO

tias aqui evocadas. Poder-se-ia dizer que esses que estou denominando de "sobrantes" não são explorados. Estão lá como **inúteis, inúteis ao mundo** como se costumava falar dos **vagabundos nas sociedades pré-industriais,** no sentido de que **não encontram um lugar na sociedade,** com um mínimo de estabilidade. São **pessoas,** poder-se-ia dizer, que foram **invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos.** Porque há vinte anos atrás essas pessoas teriam sido integradas nos circuitos produtivos, e hoje elas estão quase como **fracassadas.** Isto nos faz compreender como um fenômeno massivo como o desemprego – são mais de 3 milhões de desempregados – não deu lugar a movimentos reivindicativos de certa amplitude. É possível compreendê-los, pois são **indivíduos que estão completamente atomizados, rejeitados de circuitos que lhes poderiam atribuir uma utilidade social.**

Desculpem-me de ter sido ao mesmo tempo esquemático e longo. Busquei traçar um tipo de **diagnóstico** que poderia ser feito sobre a **questão social atual** em países como a França e, sem dúvidas, com nuances, em países como a Inglaterra e a Alemanha, que constituíram sociedades salariais e que se en-

contram em dificuldades causadas por esse processo de globalização trazido pelo **neo-liberalismo**. Esse tipo de diagnóstico é discutível, eu apenas puxei um fio e não pretendo ter esgotado a análise.

3. Gostaria de esquematizar um terceiro ponto que anunciei. Diante desses novos dados, a essa nova configuração da questão social, **que futuro poderemos prever?** Serei prudente, pois evidentemente não tenho soluções a propor. Desconfio mesmo dos "fazedores de projetos", como se dizia no século XVIII, pessoas que tiram as soluções do chapéu. É lógico que a situação é muito complexa e o futuro continua largamente imprevisível. Mas ele será trabalhado a partir das heranças de hoje. Se é impossível se predizer o futuro, é possível se desenhar algumas eventualidades e tentar avaliar os riscos e as oportunidades que podem nos levar a escolher com maior conhecimento de causa.

A primeira eventualidade, no **pior cenário**, é **a continuidade da ruptura entre trabalho e proteção**, a **remercantilização** completa do trabalho ou o **triumfo completo do mercado**, ou seja, o surgimento não apenas de uma **sociedade do mercado**, pois estamos numa sociedade de mercado, mas de uma

NEOLIBERAL

O PROJETO

sociedade que se torna mercado, inteiramente atravessada pelas leis do mercado, o que seria, creio eu, **o triunfo da globalização**. Isto abre uma perspectiva terrível, e sem dúvida inédita, pois a humanidade nunca viveu isto. O que Karl Polanyi chamou de **mercado "auto-regulado"**, mas que nunca se impôs completamente, porque o **capitalismo do século XIX**, o **capitalismo industrial** chegou numa sociedade que tinha forte **assento rural**, **solidariedades e proximidades**, relações informais entre as pessoas, que não passavam pelo mercado. É o que chamamos por vezes de **sociedade civil**. Parece-me que nas sociedades salariais, com a **industrialização e a urbanização massivas**, essas formas de **solidariedades** foram se enfraquecendo progressivamente. É por isso que as **proteções construídas pelo Estado**, as **proteções sociais**, garantidas pela lei, têm tanta importância, porque, se o Estado se retira, há o risco do quase vazio, da **anomia generalizada** do mercado, pois este não comporta nenhum dos elementos necessários à **coesão social**, muito pelo contrário, funciona pela concorrência, **"não faz sociedade"**. É talvez essa a razão pela qual as sociedades salariais de tipo ocidental são mais frágeis, porque sua coesão depende fortemente dessas proteções que fo-

O MERCADO

HIPÓTESE

* ram construídas pelos movimentos que tentei aqui desenhar. Talvez essa situação seja menos grave em países como o Brasil, que me parece criam mais situações de tipo informal – solidariedades por proximidade – as quais poderiam oferecer proteções fora do mercado. Este é, sem dúvida, um ponto a ser discutido.

2) Uma segunda eventualidade consiste em *tentar controlar*, na margem, *o processo de desagregação da sociedade salarial* que desenhiei há pouco. É o que está sendo feito na França sobretudo desde o início dos anos 80, e que chamamos de *tratamento social do desemprego*, ou de *políticas de inserção*, quer dizer, *tentativas para atenuar certos efeitos devastadores das transformações em curso, ajudando as vítimas, aquelas já atingidas ou que estão ameaçadas de serem atingidas*. Retomarei este ponto no próximo texto, quando tratar da *exclusão*, pois estas medidas estão inscritas nas *ações de luta contra a exclusão*. Não contesto a utilidade dessas práticas – o tratamento social do desemprego, as políticas de inserção – porque sem elas a situação seria ainda pior. Porém não atingem o desemprego em massa que, apesar dessas políticas, aumenta em vez de diminuir. Essas iniciativas não me parecem estar na medida

Políticas Públicas

1) da *gravidade da crise*, e a gente se resigna com a situação que fica desse jeito, e torce para que não se agrave e não apodreça totalmente, pois uma sociedade que tem taxas de *10, 12 ou 15% de desempregados* é uma *sociedade doente*. E isto não seria a negação dos fundamentos de uma *sociedade democrática*? Do ponto de vista da evolução política é sinal bastante inquietante.

3) A terceira eventualidade ou tentativa de resposta: o que disse há pouco, situando o *nó da questão social* atual, pode ser interpretado como um *enfraquecimento do suporte salarial*. Entendo por suporte salarial não apenas o *salário* mas as *proteções ligadas ao trabalho*. Daí a idéia de se procurar *alternativas a esse suporte salarial*, alternativas ao campo clássico do emprego assalariado. Há várias tentativas que não terei tempo de detalhar, tentativas de *economia não mercantis*. Fala-se do *terceiro setor*, de *economias solidárias*, de atividades que estão mais ou menos *à margem do setor mercantil* e das *exigências da competitividade* e que não entram no processo de *globalização*. Fala-se, também, de *novas fontes de emprego*, ou seja, novas atividades, diferentes das ativi-

des clássicas que corresponderiam a **novas necessidades** que não são atualmente satisfeitas pelo mercado. Creio que algumas dessas tentativas são interessantes mas parece que **se tornam marginais e que não representam alternativas globais ao enfraquecimento do suporte salarial**. Pode-se mesmo temer que tenham efeitos perversos. Num país como a França, vemos se desenvolver uma espécie de **mercado paralelo de trabalho, abaixo do trabalho protegido**, o que chamamos de SMIC.² São **pequenas atividades subpagas e subprotegidas e que vão no sentido da remercantilização** à qual me referi antes. Você quer um trabalho? Bom, eu tenho uma parede que deve ser construída, que deve lhe ocupar uns quatro dias, eu posso lhe pagar um

2 SMIC = o salário mínimo interprofissional de crescimento que substituiu o salário mínimo interprofissional garantido (SMIG), que continua sendo uma denominação corrente. Trata-se de um **piso mínimo (por hora) de remuneração de um assalariado**. Seu montante é objeto de uma decisão anual do governo que fixa seu aumento em função do crescimento, mas pode ultrapassar a taxa de crescimento, para dar um "empurrão" ou nos baixos salários. É muito discutido por todos os parceiros sociais pois seu aumento repercute no conjunto dos salários. (Nota da tradutora, conforme Madec e Murard, *Citoyenneté et politiques sociales*. Dominos/Flammarion, 1995.

pouco, e só. Isso não tem nada a ver com proteção social, direito do trabalho, etc.

A **quarta perspectiva** diz respeito às pessoas que se acham mais espertas ou mais audaciosas, e que acreditam ser capazes de antecipar o futuro, que **consideram o trabalho ultrapassado**. O **trabalho estaria em vias de desaparecimento, o fim do trabalho, o fim da sociedade salarial**. Esse é um discurso que se ouve cada vez mais insistentemente e, poder-se-ia dizer mesmo, que é o discurso da moda hoje em Paris. Creio que esse discurso é alimentado por duas constatações. Há de fato **uma diminuição do tempo de trabalho socialmente útil**. O proletário do início da industrialização estava completamente imerso no trabalho. **Ele perdia sua vida tentando ganhá-la**. Hoje trabalha-se muito menos e com as transformações tecnológicas, a robótica e a informática, poder-se-ia pensar que em alguns anos 10 horas de trabalho por semana, senão menos, seriam suficientes. **É o discurso sobre o tempo livre**. Quanto mais nos liberarmos da obsessão do trabalho mais livre seremos. Eu não estou absolutamente convencido desse tipo de discurso. De um lado porque **a redução do tempo de trabalho socialmente útil não reduz absolutamente a necessidade do trabalho**. Isso nos convida a re-

fletir sobre a relatividade da noção de jornada de trabalho: ele foi de 60 horas no século passado, é hoje de 40 horas, poderá ser de 20 horas amanhã, o que é bom pois o trabalho nem sempre é um prazer, mas pode ser que as pessoas, se as coisas forem bem no futuro, poderão ser empregadas numa pequena parte de seu tempo e, ao mesmo tempo, estar livres para fazer outra coisa. Com a condição que se continue a tirar do trabalho a utilidade social essencial, pois é finalmente essa forma de organização do trabalho que libera o trabalho. E creio que isso pode ser generalizado. Na história do trabalho foi o trabalho que libertou o trabalho, foi quando as situações de trabalho se consolidaram e foram reduzidas que o homem pôde fazer outra coisa que passar sua vida a trabalhar, investir em outros campos, outras atividades. Tomemos, por exemplo, as férias, elas liberam mas sempre sobre a base de um trabalho estável. Creio que poderíamos dizer que no discurso e na utopia sobre a ultrapassagem e a substituição do trabalho faltam realizações convincentes, práticas capazes de fundar essa nova cidadania social, falada por alguns.

Parece-me que a saída da civilização do trabalho é uma hipótese razoável, nenhuma formação social é eterna, mas sair da civili-

zação do trabalho seria uma verdadeira revolução cultural, pois, há pelo menos dois séculos, toda a nossa organização social gravita em torno do trabalho. Ora tenho constatado que, até agora, fizemos pesar essa saída da civilização do trabalho sobre os mais vulneráveis: os desempregados, os jovens que não encontram trabalho. Se os interrogarmos dirão que o trabalho é ainda mais necessário pois está faltando e que trazem em seu desespero, em sua infelicidade, seu sofrimento, o peso da ausência do trabalho. A falta de trabalho não significa que o trabalho não é importante, mas sim que precisa ser compartilhado, para que um máximo de pessoas possam se vincular a um mínimo de trabalho, às proteções que até agora estiveram vinculadas ao trabalho. Não vejo nada que hoje possa substituí-lo. Pode ser que daqui a dez ou vinte anos inventemos alguma outra coisa que não o trabalho para construir uma identidade social. Porém, é no hoje que precisamos pensar, e a situação está apodrecendo. E é por isso que defendo a posição de que não podemos abandonar a questão do trabalho e devemos continuar questionando se é possível controlar esse processo de desagregação da sociedade salarial. Sei que não é fácil, mas creio que não é impossível. Podemos discutir al-

SUBSTITUIÇÃO

MARX



JUR
TIA

TRABALHO -> ATIVIDADE SOCIAL-
MENTE UTIL

gumas possibilidades como por exemplo a ampliação do direito do trabalho. Será que a flexibilidade deve ser paga a qualquer custo, pela precarização ou ausência de *status*? Não poderiam ser acordadas às situações mais frágeis um máximo de proteções? Parece-me que o caminho é o direito do trabalho, esse foi sempre o papel do direito do trabalho, conseguindo estabilizar um certo número de situações de trabalho. São essas algumas das eventualidades que podemos pensar e discutir.

Coloco uma última questão: estas observações que pude construir com base na situação europeia podem ou não clarear os problemas que são colocados aqui. Em que medida, por exemplo, esse modelo da sociedade salarial e de sua desagregação permite precisar, mais por diferença do que por semelhança, a situação do emprego e do desemprego no Brasil, o lugar do trabalho informal em relação ao trabalho assalariado, a importância das regulações que afetam também aqui, creio, o mundo do trabalho?